

Coleção Soluções de Direito Administrativo

LEIS COMENTADAS

SÉRIE I — Administração Pública

FÁBIO ANDRÉ UEMA OLIVEIRA

TOMBAMENTO

Decreto-Lei 25/1937

COORDENAÇÃO

Irene Patrícia Nohara

Fabrício Motta

Marco Praxedes

VOLUME

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiárias: Bárbara Baraldi Sabino e Stefanie Lopes Pereira

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Rafael Ribeiro e Thaís Pereira

Estagiárias: Beatriz Fialho, Tainá Luz Carvalho e Victória Menezes Pereira

Capa: Linotec

Controle de Qualidade da Diagramação: Carla Lemos

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Jonatan Souza, Luciano Guimarães, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Oliveira, Fábio André Uema

Tombamento : Decreto-Lei 25/1937 / Fábio André Uema Oliveira. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2019. -- (Coleção soluções de direito administrativo : Leis comentadas. Série I : administração pública ; volume 2 / Irene Patrícia Nohara, Fabrício Motta, Marco Praxedes coordenação)

Bibliografia.

ISBN 978-85-5321-944-5

ISBN da Coleção 978-65-5065-009-4

1. Brasil - Constituição (1988) 2. Patrimônio cultural 3. Patrimônio cultural - Brasil 4. Patrimônio cultural - Proteção 5. Patrimônio cultural - Proteção - Brasil 6. Tombamento - Brasil I. Nohara, Irene Patrícia. II. Motta, Fabrício. III. Praxedes, Marco. IV. Título. V. Série.

19-30641

CDU-35.072.3:354(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Constituição Federal : 1988 : Direito administrativo 35.072.3:354(81)

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO	9
SOBRE OS COORDENADORES.....	11
SOBRE O AUTOR.....	13
ESTRUTURA DA COLEÇÃO.....	15
INTRODUÇÃO.....	25

COMENTÁRIOS AO DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937

CAPÍTULO I – DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL...	43
ART. 1º	43
1. Conceito de patrimônio cultural	43
2. Patrimônio cultural em sentido amplo e restrito	46
3. Conceito de bens culturais.....	47
4. Tombamento definitivo/provisório e individual/geral	49
5. Proteção dos bens naturais e a chancela da paisagem cultural	50
6. Conceito de cultura.....	54
7. Definição de meio ambiente cultural.....	56
8. Principais princípios informadores da proteção do patrimônio cultural	57
8.1. Princípios da Prevenção e da Precaução.....	58
8.2. Princípios do Poluidor-Pagador e do Usuário-Pagador	61
8.3. Função Social da Propriedade.....	63

8.4. Princípio da Equidade ou da Solidariedade Intergeracional.....	65
8.5. Princípio da Responsabilização.....	66
8.6. Princípio da Cooperação Internacional.....	71
8.7. Princípio da Solidariedade Planetária em Relação à Preservação e à Transmissão às Gerações Futuras do Patrimônio Cultural Comum.....	72
8.8. Princípios da Participação, Informação e Educação.....	73
8.9. Princípio da Preservação no Próprio Sítio.....	74
8.10 Princípio da Proteção ao Entorno.....	74
8.11. Princípio do Uso Compatível com a Natureza do Bem.....	76
8.12 Princípio Pró-monumento.....	76
8.13 Princípio da Valorização Sustentável.....	77
8.14 Princípio da Proteção.....	78
8.15 Princípio da Intervenção Obrigatória do Poder Público.....	78
8.16 Princípio da Fruição Coletiva.....	79
8.17 Princípio da Vinculação dos Bens Culturais.....	80
ART. 2º.....	80
1. Objeto do tombamento – Bens materiais.....	80
2. Direito à indenização.....	82
3. Desapropriação indireta.....	84
4. Tombamento de uso.....	86
5. Bens imateriais.....	87
ART. 3º.....	89
1. Exclusão de obras estrangeiras.....	89
CAPÍTULO II – DO TOMBAMENTO.....	90
ART. 4º.....	90
1. Conceito de tombamento.....	91
2. Natureza jurídica do tombamento.....	92
3. Origem da denominação “tombamento”.....	95
4. Fundamento.....	96
5. Objeto.....	99
6. Espécies.....	100
7. Instituto do patrimônio histórico e artístico nacional – IPHAN (antigo SPHAN).....	100

8. Órgãos de preservação estaduais e municipais.....	104
9. Livros do tomo.....	105
ART. 5º	106
1. Tombamento de bens públicos.....	107
2. Tombamento de ofício.....	107
3. Tombamento de ofício por arrastamento, extensivo ou por extensão	111
ART. 6º	112
1. Tombamento voluntário e tombamento compulsório.....	112
ART. 7º	112
1. Procedimento do tombamento voluntário	113
ART. 8º	113
1. Tombamento compulsório.....	113
ART. 9º	114
1. Procedimento do tombamento compulsório	114
2. Notificação de todos os proprietários no tombamento geral.....	117
3. Cabimento de recurso	118
4. Exemplos de procedimentos em âmbito estadual e municipal	120
ART. 10	122
1. Conceito de tombamento provisório	122
2. Prazo do tombamento provisório.....	123
CAPÍTULO III – DOS EFEITOS DO TOMBAMENTO	127
ART. 11	127
1. Alienação de bens públicos tombados.....	127
ART. 12	130
1. Restrições à alienabilidade.....	130
ART. 13	131
1. Obrigação de efetivar a escrituração nos registros públicos.....	131
2. Procedimento de registro.....	133

ART. 14.....	135
1. Vedação à saída permanente de bens tombados do país.....	135
2. Procedimento de autorização para a saída temporária de bens tombados	136
ART. 15.....	138
1. Sequestro do bem e crime de contrabando.....	139
ART. 16.....	140
1. Notificação de extravio ou furto de bem tombado.....	141
ART. 17.....	141
1. Procedimento de autorização para intervenção em bem tombado	141
2. Tombamento e licenciamento ambiental.....	142
3. Sanções administrativas assemelhadas no Decreto nº 6.514/2008	142
4. Conflito de normas.....	144
5. Competência.....	148
6. Sobreposição de sanções administrativas federais, estaduais e municipais.....	149
7. Procedimento para aplicação da sanção administrativa – Portaria IPHAN nº 187, de 11 de junho de 2010.....	150
ART. 18.....	152
1. Conceito de entorno.....	152
2. Restrições aos bens da área envoltória.....	153
3. Funções da área envoltória	155
4. Notificação	156
5. Aplicabilidade da sanção administrativa	157
ART. 19.....	158
1. Obrigação de conservar o bem tombado	159
2. Restauração a expensas da união (§§ 1º e 3º).....	161
3. Cancelamento do tombamento (§ 2º).....	164
4. Improbidade administrativa – Bens públicos	167
ART. 20.....	170
1. Vigilância.....	170
2. Poder de polícia.....	170
3. Limites	172

ART. 21.....	173
1. Atentado ao patrimônio nacional.....	173
2. Crimes contra o patrimônio cultural	175
 CAPÍTULO IV – DO DIREITO DE PREFERÊNCIA.....	 180
ART. 22.....	180
1. Direito de preferência.....	181
2. Direito de preempção – estatuto da cidade.....	185
3. Desapropriação de bens culturais pela administração pública	186
 CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	 187
ART. 23.....	187
1. Competência material e legislativa para proteger o patrimônio cultural	187
2. Noções sobre o federalismo cooperativo.....	190
3. Exemplos de possíveis cooperações	192
 ART. 24.....	195
1. Museu Histórico Nacional e Museu Nacional de Belas Artes	196
2. Instituto brasileiro de museus – IBRAM.....	196
3. Estatuto dos museus	198
 ART. 25.....	201
1. Celebração de parcerias.....	201
 ART. 26.....	203
1. Cadastro especial dos negociantes de antiguidades, de obras de arte de qual- quer natureza, de manuscrito e livros antigos ou raros – CNART.....	203
 ART. 27.....	205
1. Regulamentação da atividade.....	205
 ART. 28.....	206
1. Autenticação e peritagem de objetos pelo IPHAN.....	206
 ART. 29.....	207
1. Concurso de credores.....	207
 ART. 30.....	208

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	209
DECRETO-LEI 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937	217